

The background of the slide features a dark gray circuit board pattern with white lines representing traces and components. The pattern is visible at the top and bottom of the slide, framing the central text area.

ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS DA GOVERNANÇA DA INTERNET: Exercício aplicado ao ECA DIGITAL

egi.br

Introdução

OBJETIVOS

- Aula prática e participativa
- Destrinchar um PL, expondo pontos críticos e seus impactos sobre a Internet e sua governança

ESTRUTURA

1. Breve apresentação do PL 2628/2022
2. Apresentação das perguntas orientadoras do debate e da dinâmica
3. Debate em grupos
4. Debate geral



BREVE APRESENTAÇÃO DO ECA DIGITAL

Lei n.º 15.211/25: ECA digital

ESTRUTURA DO PL

1. Definições gerais, escopo de aplicação e fundamentos (Capítulo I);
2. Deveres gerais (aplicáveis à produto e serviço de tecnologia da informação) (Capítulos II, IV; V)
3. Deveres específicos (como monitoramento infantil, jogos e redes sociais) (Capítulos III e VI a IX);
4. Danos, regime de responsabilidade e transparência (Capítulos X a XIII);
5. Governança (Capítulo XIV)
6. Sanções (Capítulo XV).

Escopo de aplicação do PL (definições gerais)

“Art. 1º Esta Lei [...] aplica-se a todo produto ou serviço de tecnologia da informação direcionado a crianças e a adolescentes no País ou de acesso provável por eles, independentemente de sua localização, desenvolvimento, fabricação, oferta, comercialização e operação.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se acesso provável por crianças e adolescentes as seguintes situações:”

I - probabilidade de uso e atratividade do produto ou serviço;

II - facilidade ao acesso e utilização

O escopo do PL é definido por dois critérios:

- A. Materialidade do uso das crianças e adolescentes (direcionado ou que possa ser utilizado por)**
- B. Ser um produto ou serviço de tecnologia da informação**

Escopo de aplicação do PL (definições gerais)

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

*I – **produto ou serviço de tecnologia da informação**: produto ou serviço fornecido a distância, por meio eletrônico e provido em virtude de requisição individual, tais como aplicações de internet, programas de computador, softwares, sistemas operacionais de terminais, lojas de aplicações de internet e jogos eletrônicos ou similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações;*

[...]

*§ 2º Para os fins desta Lei, não são consideradas produtos ou serviços de tecnologia da informação as **funcionalidades essenciais para o funcionamento da internet**, como os protocolos e os padrões técnicos abertos e comuns que permitem a interconexão entre as redes de computadores que compõem a internet.*

Deveres gerais

- Tomar medidas razoáveis para prevenir e mitigar o acesso e a exposição a conteúdos que retratem as situações previstas no Art. 6º (suicídio, transtornos mentais, exploração sexual etc.);
- Gerenciar riscos, avaliar os conteúdos de acordo com a faixa etária e oferecer sistemas e processos para impedir que crianças e adolescentes encontrem conteúdos ilegais ou manifestamente inadequados à sua faixa etária (Art. 8º);
- Lojas de aplicações devem tomar medidas proporcionais, auditáveis e seguras para aferir a idade ou a faixa etária dos usuários e fornecer o sinal de idade aos provedores de aplicações;
- Disponibilizar configurações e ferramentas de apoio ao controle parental, e.g restringir a comunicação de pessoas não autorizadas e controle sobre sistemas de recomendação personalizados, inclusive com opção de desativar;
- Vedação do perfilamento comportamental e da análise emocional para fins de direcionamento de publicidade comercial (Arts. 22 e 26)

Deveres específicos

PRODUTOS DE MONITORAMENTO INFANTIL

- Conter mecanismos para garantir a inviolabilidade dos dados e dever de informar a criança e adolescente.

JOGOS ELETRÔNICOS

- Vedação a caixas de recompensa (simula aposta);
- Interação entre usuários desabilitada por padrão

REDES SOCIAIS

- Vedação à criação de perfis comportamentais de usuários crianças e adolescente
- Garantir que usuários ou contas de crianças estejam vinculados ao usuário ou à conta de um de seus responsáveis legais.

Regime de responsabilidade

Art. 28. ... disponibilizar aos usuários mecanismos de notificações acerca de violações aos direitos de crianças e de adolescentes.

Art. 29. Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles **proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, independentemente de ordem judicial.**

§ 1º Serão considerados violadores de direitos de crianças e de adolescentes os conteúdos referidos no art. 6º desta Lei, nos termos da classificação indicativa.

[direito de contestação e uso abusivo dos instrumentos de denúncia]

Governança

CAPÍTULO XIV - DA GOVERNANÇA

Art. 34. A autoridade administrativa autônoma de proteção dos direitos de crianças e de adolescentes no ambiente digital ficará responsável por fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional e poderá editar normas complementares para regulamentar os seus dispositivos.

§ 1º A regulamentação não poderá, em nenhuma hipótese, autorizar ou resultar na implantação de mecanismos de vigilância massiva, genérica ou indiscriminada, vedadas práticas contra os direitos fundamentais à liberdade de expressão, à privacidade, à proteção integral e ao tratamento diferenciado dos dados pessoais de crianças e de adolescentes ...

Tipologia de Provedores de Aplicação: possível guia para a regulação

- Nota técnica do CGI.br publicada em março de 2025
- Objetivos: i) diferenciar provedores de aplicação por meio das funcionalidades oferecidas e ii) contribuir para a correta especificação de regimes de responsabilidade que não comprometam a estabilidade e o desenvolvimento da Internet, assegurando proteção a direitos.
- Disponível em: <https://dialogos.cgi.br/tipologia-rede/documento/>

- i) Provedores de aplicação com funcionalidades **sem interferência** sobre a circulação de conteúdo de terceiros.
- ii) Provedores de aplicação com funcionalidades de **baixa interferência** sobre a circulação de conteúdo de terceiros.
- iii) Provedores de aplicação com funcionalidades de **alta interferência** sobre a circulação de conteúdo de terceiros.

Disposições finais

Art. 39. As obrigações previstas nos arts. 6º, 17, 18, 19, 20, 27, 28, 29, 31, 32 e 40 desta Lei aplicar-se-ão **conforme as características e as funcionalidades do produto ou serviço** de tecnologia da informação, **moduladas de acordo com o grau de interferência** do fornecedor do produto ou serviço sobre os conteúdos veiculados disponibilizados, o número de usuários e o porte do fornecedor.

[...]

§ 2º As obrigações referidas no caput deste artigo serão aplicadas de forma proporcional à capacidade do fornecedor de **influenciar, de moderar ou de intervir na disponibilização, na circulação ou no alcance dos conteúdos** acessíveis por crianças e adolescentes.

§ 3º A regulamentação definirá critérios objetivos para a aferição do grau de intervenção e para a aplicação proporcional das obrigações previstas neste artigo.

A decorative background featuring a dark grey circuit board pattern with white lines and components, visible at the top and bottom edges of the slide.

DINÂMICA EM GRUPO E PERGUNTAS PARA O DEBATE

OBJETIVO: Identificar se e como o PL pode ter efeitos indesejados a atores e funcionalidades da Internet não previstos e como isso pode ser solucionado.

1. **O escopo do PL está bem definido?** As definições adotadas são precisas para identificar os agentes que oferecem serviços acessíveis a crianças e adolescentes? **Há riscos de abrangência excessiva ou insuficiente?**
2. Os **deveres** de aplicação geral (capítulos I e II) **estão bem direcionados?** Respeitam a complexidade e o desenvolvimento da Internet?
3. Quais **ajustes** poderiam ser feitos para uma **aplicação proporcional e bem direcionada** dos deveres ali previstos? Como identificar os atores desejados e não imputar efeitos indesejados a totalidade de agentes envolvidos na Internet?

PRESSUPOSTOS: Uma legislação tem que ser duradoura, aplicável a agentes atuais e futuros. Buscar equilíbrio entre o genérico e o preciso. Não negar integralmente o PL e suas propostas.

Obrigado(a)

nic.br cgi.br

www.nic.br | www.cgi.br

2. Tipologia de Provedores de Aplicações: deveres proporcionais

Art. 6º, 8º, 11:

§ Xº. [O dever que envolve interferência] é aplicável na medida das diferentes funcionalidades do provedor de aplicações, sendo proporcionais ao grau de interferência do provedor sobre a circulação destes conteúdos

Art. 8º Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados ou que possam ser utilizados por crianças e adolescentes deverão:

I – realizar gerenciamento de riscos de seus recursos, funcionalidades e sistemas e de seus impactos voltados para a segurança e saúde de crianças e adolescentes;

II – realizar **avaliação do conteúdo disponibilizado** para crianças e adolescentes de acordo com a **faixa etária**, para que sejam compatíveis com a respectiva classificação indicativa;

III – oferecer **sistemas e processos projetados para impedir** que crianças e adolescentes **encontrem**, por meio do produto ou serviço, conteúdo ilegal, nocivo ou danoso e em desacordo com sua classificação etária.

Parágrafo único. A **avaliação do conteúdo e os mecanismos estabelecidos para impedir o seu encontro** por crianças e adolescentes são aplicáveis na medida das diferentes funcionalidades do provedor de aplicações, sendo proporcionais ao grau de interferência do provedor sobre a circulação destes conteúdos

2. Tipologia de Provedores de Aplicações: interferência

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – aplicações de internet: [...]

II – produto ou serviço de tecnologia da informação: produtos e serviços fornecidos a distância, por meio eletrônico, normalmente por meio de remuneração e providos por meio de requisição individual, tais como aplicações de internet, programas de computador, softwares, jogos eletrônicos ou similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações; [...]

VI – perfilamento: qualquer forma de tratamento de dados pessoais, automatizada ou não, para avaliar certos aspectos de uma pessoa natural, objetivando classificá-la em grupo ou perfil de modo a fazer inferências sobre seu comportamento, situação econômica, saúde, preferências pessoais, interesses, desejos de consumo, localização geográfica, deslocamentos, posições políticas ou outras características assemelhadas.

VII - Interferência sobre a circulação de conteúdos de terceiro: corresponde a qualquer ação tomada pelo provedor de aplicações que altere a disposição, a circulação e a distribuição do conteúdo de terceiros, isto é, quaisquer ações tomadas para ampliar ou reduzir alcance, para exibir ou ocultar conteúdos de terceiro.